

Fábio Lucas de Albuquerque Lima

# ELEMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Conforme a Lei Federal nº 8.112,  
de 11 de dezembro de 1990, com as alterações  
da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011  
e da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Com as alterações trazidas pela  
Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021,  
à Lei de Improbidade Administrativa

2ª edição revista, ampliada e atualizada

## Prefácio

*José de Castro Meira*

## Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

## Áreas afins do livro

DIREITO CONSTITUCIONAL.  
DIREITO DO TRABALHO.

## Palavras-chave

REGIME DISCIPLINAR. SERVIDOR PÚBLICO.  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm  
CÓDIGO: 3393

Fábio Lucas de Albuquerque Lima

# Elementos de Direito Administrativo Disciplinar

Conforme a Lei Federal nº 8.112,  
de 11 de dezembro de 1990, com as alterações  
da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,  
e da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Com as alterações trazidas pela  
Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021,  
à Lei de Improbidade Administrativa

Prefácio

José de Castro Meira

2ª edição revista, ampliada e atualizada

**FORUM**

*Elementos de Direito Administrativo Disciplinar* traça para o estudante do direito administrativo, de forma harmônica e sistemática, o perfil do regime administrativo disciplinar a que se encontram submetidos todos os servidores públicos civis federais, cuidando desde a principiologia e história do direito disciplinar até a moderna jurisprudência exarada sobre o tema, além de esgotar a matéria do ponto de vista doutrinário, sem descuidar da farta citação de pareceres da Advocacia-Geral da União aplicáveis a esse ramo do direito.

Incorpora as alterações trazidas pela Lei nº 12.813, de 2013, que trata do conflito de interesses, bem como a nova sistemática introduzida pela Lei nº 14.230, de 2021, à Lei de Improbidade Administrativa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L732e Lima, Fábio Lucas de Albuquerque  
Elementos de direito administrativo disciplinar -- 2. ed. rev. ampl. e atual. -- /  
Fábio Lucas de Albuquerque Lima. Belo Horizonte: Fórum, 2024.  
262 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-748-9  
ISBN digital 978-65-5518-741-0

1. Regime disciplinar. 2. Servidor público. 3. Administração Pública. I. Título.

CDD: 342  
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Fábio Lucas de Albuquerque. *Elementos de direito administrativo disciplinar*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 262 p. ISBN 978-65-5518-748-9.

**Fábio Lucas de Albuquerque Lima**

Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Membro Fundador do Instituto de Direito Administrativo de Sergipe – I.D.A.S. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1996). Procurador Federal, tendo ocupado os seguintes cargos: Procurador-Chefe Nacional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc nos períodos de 2014 a 2017 e de 2020 a 2023. Consultor Jurídico Adjunto do Ministério de Previdência Social (2013-2014). Procurador-Geral do DNIT (2012). Coordenador-Geral de Representação Judicial da Procuradoria da Previc (2017-2018). Coordenador-Geral de Consultoria Jurídica da Procuradoria da Previc (2018-2020). Procurador-Chefe do INSS em Sergipe (1998-2000). Procurador-Chefe do INSS em Novo Hamburgo (2005-2006). Procurador-Chefe da Dívida Ativa do INSS em Sergipe. Procurador-Chefe da Consultoria do INSS em Sergipe. Procurador-Chefe do Contencioso do INSS em Sergipe. Coordenador-Geral de Direito Administrativo do Ministério da Previdência e Assistência Social (2000-2001). Coordenador-Geral de Processo Administrativo Disciplinar da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Previdência Social (2013-2014). Atualmente, encontra-se lotado na Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral Federal na matéria de Direito e Processo Administrativo Disciplinar.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>José de Castro Meira</b> .....	13
APRESENTAÇÃO	
<b>Fábio Lucas de Albuquerque Lima</b> .....	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO .....	17
1.1 Generalidades.....	17
1.2 Introdução ao <i>regime disciplinar</i> .....	19
1.3 Radiografia da norma disciplinar .....	21
1.4 Elementos conceituais do direito disciplinar.....	24
1.5 Referências bibliográficas .....	27
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR .....	29
2.1 Generalidades.....	29
2.2 Princípios gerais de direito.....	29
2.3 Princípios gerais de direito público .....	30
2.4 Princípios de direito administrativo disciplinar .....	32
2.4.1 Princípio da legalidade .....	33
2.4.2 Moralidade administrativa.....	35
2.4.3 Princípio da hierarquia .....	35
2.4.4 Princípio da disciplina .....	37
2.4.5 Princípio da prevenção .....	38
2.4.6 Princípio da autotutela.....	39
2.4.7 Princípio da imediatidade .....	40
2.4.8 Princípio da indisponibilidade .....	41
2.4.9 Princípio da proporcionalidade.....	41
2.4.10 Princípio da impessoalidade.....	43
2.4.11 Princípio da motivação .....	44
2.4.12 Princípio da publicidade .....	46
2.4.13 Princípio da eficiência .....	47
2.4.14 Princípio da finalidade.....	48
2.4.15 Segurança jurídica .....	49
CAPÍTULO 3	
REGIME DISCIPLINAR.....	51
3.1 Generalidades.....	51
3.2 Regime disciplinar .....	53
3.3 Deveres.....	54
3.3.1 Zelo no exercício da função.....	55
3.3.2 Ser leal às instituições a servir .....	57
3.3.3 Observar as normas legais e regulamentares .....	58
3.3.4 Cumprir ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.....	59
3.3.5 Atender com presteza ao público na expedição de certidões e atender às requisições da Fazenda Pública.....	60
3.3.6 Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo .....	60
3.3.7 Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público .....	61
3.3.8 Dever de sigilo.....	62
3.3.9 Conduta compatível com a moralidade administrativa .....	64
3.3.10 Assiduidade e pontualidade .....	65

3.3.11	Dever de urbanidade.....	65
3.3.12	Dever de representar contra ilegalidade .....	66
3.4	Proibições.....	67
3.4.1	Proibições de gravidade leve .....	67
3.4.2	Proibições de gravidade média .....	69
3.5	Proibições que acarretam pena de demissão.....	72
3.5.1	Noções introdutórias.....	72
3.5.2	Valimento do cargo.....	74
3.5.3	Participação em gerência ou administração de empresas.....	77
3.5.4	Advocacia administrativa.....	78
3.5.5	Recebimento de propina, comissão, presente ou vantagem .....	79
3.5.6	Aceitação de comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro .....	81
3.5.7	Prática da usura .....	82
3.5.8	Proceder de forma desidiosa.....	82
3.5.9	Utilização de pessoal ou bens da União para fins particulares ..	84
3.6	Elenco taxativo das infrações que implicam demissão .....	85
3.6.1	Crime contra a Administração Pública.....	87
3.6.2	Abandono de cargo .....	98
3.6.3	Inassiduidade habitual.....	101
3.6.4	Improbidade administrativa .....	103
3.6.5	Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição .....	104
3.6.6	Ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem .....	105
3.6.7	Insubordinação grave em serviço.....	105
3.6.8	Aplicação irregular de dinheiros públicos.....	106
3.6.9	Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo	107
3.6.10	Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional .....	109
3.6.11	Corrupção .....	110
3.6.12	Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas....	112
3.7	Demissão por incidir em conflito de interesses.....	114

#### CAPÍTULO 4

RESPONSABILIDADES.....	117	
4.1	Generalidades.....	117
4.2	Responsabilidade administrativa.....	118
4.3	Responsabilidade civil .....	121
4.4	Responsabilidade criminal .....	123
4.5	Mecanismos para o ressarcimento do dano ao erário .....	125

#### CAPÍTULO 5

ILÍCITO ADMINISTRATIVO DE IMPROBIDADE .....	129	
5.1	Generalidades.....	129
5.2	Conceito de improbidade .....	132
5.3	Hipóteses de enquadramento da conduta ímproba .....	133
5.3.1	Enriquecimento ilícito .....	133
5.3.2	Lesão ao erário .....	135
5.3.3	Ofensa aos princípios .....	138
5.4	Interpretação e aplicação das normas da Lei de Improbidade ...	140
5.5	Responsabilidade administrativa por improbidade.....	142
5.6	Sanções decorrentes da prática de ato de improbidade.....	144
5.7	Considerações finais.....	146

#### CAPÍTULO 6

PENALIDADES.....	149	
6.1	Generalidades.....	149
6.2	Penalidades administrativo-disciplinares.....	150
6.2.1	Penalidade de advertência.....	151
6.2.2	Penalidade de suspensão .....	153
6.2.3	Penalidade de demissão.....	155
6.2.4	Penalidade de cassação de aposentadoria ou disponibilidade...	159

6.2.5	Penalidade de destituição de cargo em comissão .....	161	
6.3	Esclarecimentos finais .....	165	
CAPÍTULO 7			
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....			167
7.1	Generalidades.....	167	
7.2	Hipóteses de extinção da punibilidade .....	167	
7.3	Prescrição disciplinar .....	168	
7.4	Prescrição nas infrações descritas como crime.....	178	
7.5	Anistia .....	180	
7.6	Lei nova que torna o fato lícito .....	180	
7.7	Morte do servidor .....	181	
CAPÍTULO 8			
REABILITAÇÃO .....			183
8.1	Generalidades.....	183	
8.2	Conceito de reabilitação.....	183	
8.3	Reabilitação no direito disciplinar .....	185	
8.4	Registro da penalidade prescrita nos assentamentos funcionais do servidor.....	186	
CAPÍTULO 9			
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....			189
9.1	Generalidades.....	189	
9.2	Disciplina e hierarquia.....	190	
9.3	Preceito e sanção .....	190	
9.4	Princípios de regência .....	190	
9.5	Regime disciplinar na Lei nº 8.112/90 .....	191	
9.6	Responsabilidade administrativa.....	192	
9.7	Prescrição do ilícito administrativo disciplinar.....	193	
9.8	Conclusões finais .....	193	
REFERÊNCIAS.....			195
ANEXOS			
Anexo A: Jurisprudência dos Tribunais Superiores .....			201
Anexo B: Pareceres da Advocacia-Geral da União.....			207